



Câmara Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo
Palácio Legislativo “Eugênio Salvador”

PROJETO DE DECRETO Nº. 002/2022

**DISPÕE SOBRE A SUSPENÇÃO
DO EFEITO DA LEI MUNICIPAL Nº
1.627 DE 18 DE AGOSTO DE 2022
NO ÂMBITO DO PODER
LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE
JAGUARÉ/ES.**

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais; tendo em vista o que dispõe o Regimento Interno e a Lei Orgânica do município de Jaguaré-ES.

DECRETO:

Art. 1º Fica suspenso os efeitos da Lei Municipal nº 1.627 de 18 de agosto de 2022, no âmbito do Poder Legislativo de Jaguaré/ES até que venha decisão de parecer consulta pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este documento entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN FÁBIO COSTALONGA
Presidente da Câmara Municipal

RICARDO BARROS
Vice Presidente

JOSÉ CARLOS ALVES JUNIOR
Secretário



Câmara Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo
Palácio Legislativo “Eugênio Salvador”

MENSAGEM JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que há recomendações pelas comissões permanentes do legislativo municipal sobre a legalidade da Lei Municipal nº 1.627/2022 em detrimento com o tema 1192 do STF, que trata da impossibilidade de lei em revisão geral anual do subsídio de agentes políticos na mesma legislatura, conforme consta no v. Acórdão.

CONSIDERANDO que o tema supracitado encontra-se suspenso e é matéria de repercussão geral.

CONSIDERADO o Decreto nº 06-A/2022, que dispõe sobre: “Aprova Instrução Normativa SAG nº 001/2022 que objetiva orientar e disciplinar os procedimentos a serem adotados pelo Gestor da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, no que tange o encerramento de mandato, bem como a formalização da execução da despesa com cronograma de pagamentos dos seus fornecedores com base no artigo 5º da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993.

CONSIDERANDO a legalidade do período levantado como impacto que corresponde de julho de 2021 a junho de 2022, em detrimento a LC 173/2020;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.598 de 17 de março de 2022, que concedeu reajuste sobre o vencimento básico na ordem de 10% (dez por cento), a título de reposição salarial, aos Servidores Públicos Efetivos e Comissionados do Poder Legislativo Municipal.

CONSIDERANDO os princípios da moralidade administrativa, da anterioridade da legislatura e da inalterabilidade do subsídio durante o mandato eletivo.

CONSIDERANDO as recomendações do Setor Contábil, que versa sobre a indisponibilidade orçamentária para a aplicação imediata da referida Lei Municipal.

CONSIDERANDO os princípios da moralidade administrativa, da anterioridade da legislatura e da inalterabilidade do subsídio durante o mandato eletivo.

CONSIDERANDO as recomendações do Setor Contábil, que versa sobre a indisponibilidade orçamentária para a aplicação imediata da referida Lei Municipal;

CONSIDERANDO o que estabelece os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00.



Câmara Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo
Palácio Legislativo “Eugênio Salvador”

A mesa diretora no uso de suas atribuições vem pedir aos Dignos Pares a aprovação do projeto de Decreto.

Palácio Legislativo “Eugênio Salvador” aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).

JEAN FÁBIO COSTALONGA
Presidente

RICARDO BARROS
Vice Presidente

JOSÉ CARLOS ALVES JUNIOR
Secretário